



**DEMONSTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EMITIDAS PELO TCE-PE, CONFORME
MODELO ESTABELECIDO NO ANEXO VIII DESTA RESOLUÇÃO.**

(Item 55, Anexo I, Res. TC Nº 300/2025)

Determinação/Recomendação	Situação	Ações	Justificativa
ProcessoTCNº23100675-5 Contas: Governo Exercício2022	Transitado em julgado		
1. Elaborara LOA, nos termos da legislação Pertinente ao assunto, notadamente na fixação do limite para abertura de créditos adicionais;	Implementada	As peças orçamentárias são elaboradas com extrema cautela, seguindo toda legislação.	A LOA é elaborada de forma que tenta prever no máximo todas as receitas e fixar todas as despesas do exercício seguinte.
2. Realizar um eficiente controle contábil de fontes/aplicação de recursos, nos termos da legislação pertinente ao assunto;	Implementada	O ente realiza um controle eficiente com controle de receitas e de despsas, inclusive observando se está de acordo com contrato e processo licitatório.	Foi implantado através do Decreto 73/2024, a Ordem Cronológica de Pagamentos elaborada de acordo com a Lei 14.133, uma ferramenta essencial de controle de gastos públicos.
3. Adotar as alíquotas previdenciárias nos termos do DRAA do exercício, com vistas a mitigar o déficit previdenciário e conduzir o RPPS para o equilíbrio atuarial;	Implementada	Estudos da alíquota foram realizados e encontra-se encaminhado para adoção de medidas.	As alíquotas foram assinaladas pelo estudo do orgao, atualmente está em estudo de impacto para posterior execução.
4. Evitar a inscrição em restos a pagar processados e não processados sem disponibilidade financeira, nos termos da legislação pertinente ao assunto;	Implementada	A ente tem uma grande preocupação na questão de de restos a pagar, evitando o máximo a inscrição.	O ente evita a inscrição de restos a pagar, fazendo assim apenas quando tem disponibilidade financeira.
5. Realizar estudos para melhorar as políticas públicas na área de educação, com o fito de melhorar o IDEB anos iniciais para atingir a meta estabelecida pelo MEC no município;	Implementada	A Secretaria de Educação adota medidas com o objetivo de fortalecer a aprendizagem dos alunos e melhorar os indicadores educacionais da rede municipal. A formação continuada dos professores garante que os educadores estejam sempre atualizados com metodologias inovadoras e estratégias eficazes de ensino, impactando diretamente na qualidade das aulas e no desempenho dos estudantes. Além disso, a aquisição de materiais específicos para o trabalho com descritores da avaliação externa, como o Acerta Brasil, possibilita um ensino mais direcionado às competências exigidas, preparando os alunos para os exames e identificando pontos de melhoria no processo de ensino-aprendizagem.	Os momentos de reflexão com os gestores são essenciais para a análise dos resultados e a definição de novas metas, permitindo um planejamento estratégico mais eficiente e alinhado às necessidades da rede. Por fim, a criação do projeto de reensino no contraturno demonstra o compromisso da Secretaria com a equidade educacional, oferecendo suporte adicional aos alunos com dificuldades, garantindo que todos tenham oportunidades de aprendizado e avanço acadêmico. Essas ações refletem o empenho na construção de uma educação de qualidade, capaz de proporcionar melhores oportunidades para os estudantes e fortalecer a rede de ensino municipal.



6. Adotar mecanismos de controle que permitam o acompanhamento das despesas com pessoal permanente para evitar extrapolação dos limites das despesas com pessoal, com vistas a atender ao art. 20, inciso III, alínea b, da LRF;	Implementada	É realizada Audiência Pública com análise de Metas Fiscais, com objetivo de assegurar que o ente está de acordo com todos os limites constitucionais, inclusive gastos com pessoal.	É realizado pelo órgão de Controle Interno uma análise do RGF e RREO com objetivo de assegurar que estão sendo seguidos os limites Constitucionais e apresentados em Audiência Pública mostrando para população que o ente tem compromisso com os princípios da Publicidade e Transparência.
7. Encaminhar projeto de lei para implantar/realizar a segregação de massa de segurados do RPPS, com o fito de amenizar o déficit atuarial crescente no município;	Implementada	Está sendo elaborado o projeto de Lei para atender essa demanda.	O trâmite interno já foi iniciado
8. Atender todas as exigências da Lei Complementar nº 131 /2009, o conjunto de informações exigido na LRF, na Lei nº 12.527/2011 (LAI) e na Constituição Federal, no tocante ao nível de Transparência do Município.	Implementada	O ente segue a finto a todos os dispositivos da LRF, bem como da LAI.	O ente segue todos os dispositivos presentes na LRF, inclusive atendendo todos os limites constitucionais, no tocante a LAI a prefeitura alcançou o selo OURO de transparência da ATRICON no ano de 2024.
Processo TC Nº 24100568-1 Contas: Governo Exercício 2023			
1. Elaborar a Lei Orçamentária Anual apresentando conteúdo que atenda aos requisitos exigidos pela Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal;	Implementada		
2. Fortalecer o controle sobre os procedimentos de registro dos fatos administrativos que têm repercussão no patrimônio do município, de modo que atendam às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade;	Implementada	Reforçado o sistema de alimentação do patrimônio	Além disso, há uma perene pesquisa e cobrança do SCI, visando a continuidade do uso pelo setor de compras/Adm
3. Respeitar os limites presentes na Lei de Responsabilidade Fiscal para a Despesa Total com Pessoal;			



<p>4. Aprimorar os mecanismos e as premissas de cálculo que embasam a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, garantindo que reflitam com maior precisão os fluxos de caixa e sirvam como instrumentos eficazes de gestão fiscal, em observância ao art. 8º da LRF;</p>	<p>Implementada</p>	<p>É acompanhado a cada bimestre</p>	<p>A Secretaria de Finanças acompanha e comunica as bases, além de acompanhar os números atuais em app.</p>
<p>5. Elaborar e remeter à Câmara Municipal, com a máxima brevidade e com suporte em reavaliação atuarial atualizada, projeto de lei instituindo o Plano de Amortização do Déficit Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), associado a medidas gerenciais contínuas para a busca do equilíbrio do sistema;</p>	<p>Implementada em parte</p>	<p>Projeto de lei criado e enviado para Câmara</p>	<p>Esperando apreciação do órgão legislativo atualmente</p>
<p>6. Dar continuidade ao processo de aprimoramento da transparência da gestão municipal, garantindo a disponibilização integral e tempestiva das informações exigidas no Portal da Transparência, a fim de consolidar e elevar os índices alcançados no Levantamento Nacional de Transparência Pública.</p>		<p>Foi tida melhoria crucial, atingindo dois selos Ouro de transparência, nos últimos dois anos</p>	<p>Desde 2023, o nível só avança, chegando atualmente a 88,61%</p>
<p>Processo TC Nº 25100627-0 Contas: Governo Exercício 2024</p>	<p>Em Instrução</p>		

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE BARTOLOMEU DE ALMEIDA MELO JUNIOR
 Acesse em: <https://etce.tcepe.tc.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 3b1fd9df-d2c3-4aa9-a1a5-8d00bdcc8780

Palmares, 31 de dezembro de 2025.

José Bartolomeu de Almeida Melo Júnior
-Prefeito-



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE BARTOLOMEU DE ALMEIDA MELO JUNIOR
Acesse em: <https://etce.tcepe.tc.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 3b1fd1df-d2c3-4aa9-a1a5-8d00bddc8780